



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

ATA Nº. 19/2018

-----ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA EM DEZANOVE DE SETEMBRO DO ANO DE DOIS MIL E DEZOITO:-----

-----Aos dezanove dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito, pelas quinze horas, nesta Vila de Mortágua e no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município, reuniu o Executivo deste Órgão, conforme o disposto no artigo 40º. da Lei número 75/2013, de doze de setembro, em reunião ordinária sob a presidência do Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara Municipal de Mortágua, eleito pelo PPD/PSD, e com a presença dos Senhores Vereadores:-----

-----Eleitos pelo PPD/PSD: Dr. Paulo Alexandre de Oliveira e Dr. Eusébio Lourenço Ferreira.--

-----Eleitos pelo PS: Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe.-----

-----A reunião foi secretariada pela Coordenadora Técnica do Núcleo de Administração Geral, Rosa Maria Ferreira Breda.-----

-----Depois de declarada pelo Senhor Presidente aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações:-----

I.-PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:-----

-----O Senhor Presidente informou que o ano letivo arrancou no pretérito dia 17 (segunda-feira) para todos os alunos do Agrupamento de Escolas de Mortágua.-----

-----No dia 14 tiveram início as aulas para o Pré-Escolar e 1º ano do Ensino Básico. O início do ano letivo decorreu com a maior normalidade, com praticamente todos os professores colocados.-----

-----No ano letivo 2018-2019 estão matriculados oitocentos e oitenta e oito (888) alunos, distribuídos pelos vários níveis de ensino: cento e trinta e três (133) no Pré-Escolar, 232 no 1º Ciclo, cento e quarenta (140) no 2º Ciclo, cento e setenta e quatro (174) no 3º Ciclo e cento e quarenta e sete (147) no Secundário. No ensino Técnico-Profissional estão matriculados sessenta e dois (62) alunos. Relativamente ao ano letivo anterior há uma ligeira descida no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

número de alunos matriculados (menos 36), sendo que é nos 1º e 3º Ciclos que se registam as maiores diminuições.-----

II.- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:-----

1.-APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 05/09/2018:-----

-----Tendo sido previamente distribuído por todos os membros de executivo o texto da ata da reunião ordinária realizada a 05/09/2018, aprovada por unanimidade em minuta e dispensada a sua leitura, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la.-----

2.-INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE:-----

-----O Senhor Presidente, nos termos do artigo 34º. da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, deu também conhecimento das decisões tomadas no uso das competências que lhe foram delegadas e das subdelegadas nos Vereadores, geradoras de receitas e custos.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

3.-RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente para conhecimento o Resumo Diário da Tesouraria número 177, referente ao dia 18/09/2018, que depois de rubricado se dá aqui por integralmente reproduzido, ficando arquivado na tesouraria em pasta própria. -----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

4.-EXPEDIENTE:-----

-----Não existe qualquer assunto passível de inserção neste ponto.-----

5.-EDUCAÇÃO E JUVENTUDE:-----

5.1.- Atividades de Enriquecimento Curricular 2018/2019:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência S/7018/2018 de 2018/09/02, da DEGESTE – Direção de Serviços da Região Centro, a informar que a Candidatura de Apoio Financeiro às Atividades de Enriquecimento Curricular 2018/2019 reúne as condições de admissibilidade exigidas, nos termos da Portaria nº. 644-A/2015, de 24 de agosto.-----

-----A DGESTE procederá de acordo com o estabelecido no artigo 21º., nº.1 da Portaria nº. 644-A/2015, de 24 de agosto.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, solicita que sejam desenvolvidos todos os procedimentos necessários para o início das AEC concomitante com o arranque do ano letivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

5.2.- JUVENTUDE:-----

5.2.1.- Apoio Natalidade e Famílias - Ratificação do processo nº. 25, 25 e 27 de 2018:-----

-----Para efeitos de conhecimento e ratificação pelo Senhor Presidente foram presentes os processos de candidatura nº.25, 26, e 27/2018 para atribuição do Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua que entraram nos serviços e que deferiu nos termos do nº.1 do artigo 6º. do Regulamento de Incentivo à Natalidade e Apoio às Família no Concelho de Mortágua.-----

6.- CULTURA, DESPORTO E TEMPOS LIVRES:-----

6.1.-ATIVIDADES/INVESTIMENTOS DAS ASSOCIAÇÕES CULTURAIS, DESPORTIVAS E RECREATIVAS:-----

6.1.1. Velo Clube do Centro – Apoio despesas de reparação do camião-oficina;-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício do Velo Clube do Centro datado de 23/08/2018, através do qual informa que com a subida de escalão e a necessidade de ter uma logística adequada ao funcionamento de uma equipa Continental UCI, adquiriu no início do ano um camião oficina de 12 T, pertence de uma extinta equipa profissional espanhola (Euskaltel).-----

-----O camião foi adquirido sabendo que eram necessárias algumas reparações pontuais de pouca relevância a nível orçamental. No entanto no seguimento de uma vistoria mais aprofundada verificou que o veículo tinha graves danos devido principalmente a infiltrações no contentor.-----

-----Nesse sentido tiveram que proceder à reparação e restauro completo do camião para poder ser utilizado com a pretendida e necessária segurança.-----

-----O conserto e remodelação do camião ascendeu ao montante de trinta e cinco mil euros (35.000,00 €), valor bem acima da compra do mesmo (20.000,00 €), e que não estava contabili-



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

zado no seu orçamento inicial da época.-----

-----Assim para que seja possível fazer face àquela despesa que ultrapassa em muito o orçamento previsto solicita o apoio excecional do Município.-----

-----A Câmara considerando que o pedido se enquadra na alínea c), do n.º.1, do artigo 3.º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, deliberou por unanimidade atribuir um subsídio no montante de vinte mil euros (20.000,00 €) mediante a celebração de Protocolo, e a transferir após a assinatura do mesmo.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701- *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 - *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.

6.1.2.- Casa do Benfica de Mortágua – Apoio Futsal Feminino:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta, datada de 23/08/2018, da Casa do Benfica em Mortágua, dando conhecimento que continuam a participar no Campeonato Distrital de Futsal feminino, com duas equipas, sénior e formação, num total de quarenta (40) atletas, e solicitando a atribuição de um subsídio para apoio ao funcionamento destas modalidades desportivas por forma a minimizar as avultadas despesas que acarretam, e que se estimam na próxima época desportiva de 2018/2019 em vinte mil euros (20.000,00 €).-----

-----O Senhor Presidente, considerando o custo de manutenção das equipas de futsal e a habitual realização do Torneio de Futsal Feminino e que pedido se enquadra na alínea c), do n.º.1, do artigo 3.º. do Regulamento Municipal para Atribuição de Apoios a Entidades Terceiras, propôs a atribuição no corrente ano de um subsídio no montante de sete mil e quinhentos euros (7.500,00 €) mediante a celebração de Protocolo, e a transferir após a assinatura do mesmo.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente.-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701– *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.

6.1.3.-Associação Cultural, Recreativa e Desportiva de Vila Nova – Apoio Convívio de Pesca Desportiva:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a carta referência 009/2018, datada de 10/09/2018, da Associação Cultural Recreativa e Desportiva de Vila Nova, informando da realização, a 16 de setembro, do seu 23º. Concurso de Pesca Desportiva, e considerando que aquela atividade encontra-se inscrita no seu plano de atividades solicita o apoio financeiro do Município para fazer face às despesas inerentes à mesma.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade atribuir o subsídio de cento e cinquenta euros (150,00 €).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção da despesa que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701 – *Instituições sem fins lucrativos*, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 02 Cultura Desporto e Tempos Livres, no projeto 2018/5040 – *Atividades Culturais Desportivas e Recreativas*, devendo os serviços de contabilidade proceder ao lançamento do respetivo compromisso.-----

7.-DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO:-----

7.1.- DESENVOLVIMENTO DO TURISMO:-----

7.1.1.-Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira – Parceria de colaboração na ação “Sorteio – Tômbola de Natal de 2018:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 2018/DAF/0019, de 18/09/03 da Associação Comercial e Industrial da Bairrada e Aguieira – ACIBA, informando que tendo como referência o sucesso alcançado no transato pretende realizar a ação - Sorteio – tômbola de natal, durante o mês de dezembro, dirigida a todos os estabelecimentos comerciais do Concelho de Mortágua que queiram participar.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Para tornar viável e possível a realização daquele evento solicita a inestimável colaboração, no contacto direto com os comerciantes, para além de apoio para os prémios e material de divulgação do evento que, atentas as edições dos anos anteriores, se estima em dois mil e quinhentos euros (2.500,00€).-----

-----Por informação da contabilidade existem fundos disponíveis para a assunção do compromisso, que tem cabimento no orçamento municipal na rubrica 040701, e está inscrito nas Opções do Plano do corrente ano no objetivo 7808 -Desenvolvimento Económico, Programa 001 -Desenvolvimento do Turismo, projeto 2018/50 - Turismo Desporto e Natureza, Ação - Apoio Iniciativas de Outras Instituições.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade comparticipar com dois mil e quinhentos euros (2.500,00€) a ação - Sorteio – Tômbola de Natal.-----

-----Mais foi deliberado que a participação dos comerciantes neste processo não acarreta para os mesmos qualquer encargo.-----

8.-COMUNICAÇÕES E TRANSPORTES:-----

8.1.-REDE VIÁRIA MUNICIPAL:-----

8.1.1.-Empreitada de Execução da Rotunda do Barril – EN 234 – Aprovação do Plano de Segurança, nomeação do fiscal e representante do dono da obra:-----

-----Considerando que:-----

-----A empreitada supramencionada foi adjudicada pela Câmara Municipal à empresa Socitop, Unipessoal Lda . -----

-----O Plano de Segurança e Saúde (PSS) relativo à obra pública foi entregue pelo empreiteiro Socitop, Unipessoal, Lda., e que de acordo com a informação pelo que o responsável pela coordenação de segurança e saúde – Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, se encontra de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro. -----

-----Assim, considerando a validação técnica do desenvolvimento e especificação do PSS pelo Coordenador de Segurança e Saúde, cumpre ao dono de obra - no caso à Câmara Municipal de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Mortágua – decidir sobre os assuntos relacionados com a aquela empreitada, e tendo em vista o normal andamento dos trabalhos, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere o seguinte:-----

-----1.-Nomear o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra para efeitos nos n.º 2 e 3 do artigo 9.º do Decreto –Lei número 273/2003, de 29 de outubro, o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte, para todos os efeitos legais e com retroatividade à data de validação técnica do PSS.-----

-----2.-Aprovar o Desenvolvimento e Especificações do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra, nos termos do n.º 1 do artigo 12.º do Decreto –Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;-----

-----3.-Que se comunique por escrito ao empreiteiro na qualidade de entidade executante, a aprovação do PSS para a execução da obra, dando início aos trabalhos constantes do desenvolvimento prático, incluindo a implantação do estaleiro.-----

-----4.-Nomear para efeitos previstos no artigo 305.º, n.º 4 conjugado com o artigo 344.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto –Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte, como Diretor de Fiscalização e como fiscal adjunto o Sr. Jorge Manuel Rodrigues Gomes, Fiscal Municipal.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.--

8.1.2.-Empreitada para a “Beneficiação de Vias Rodoviárias na Freguesia de Pala – Aprovação do Plano de Segurança, nomeação do fiscal e representante do dono da obra:--

-----Considerando que: -----

-----A empreitada supramencionada foi adjudicada pela Câmara Municipal à empresa Socitop, Unipessoal Lda.-----

-----O Plano de Segurança e Saúde (PSS) relativo à obra pública foi entregue pelo empreiteiro, Socitop, Unipessoal, Lda., e conforme a informação do responsável pela coordenação de segurança e saúde – Eng.º Albano Tomás da Fonseca Duarte, Chefe de Divisão



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de Conservação do Território e Serviços Urbanos, se encontra de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de outubro. -----

-----Assim, considerando a validação técnica do desenvolvimento e especificação do PSS pelo Coordenador de Segurança e Saúde, cumpre ao dono de obra - no caso à Câmara Municipal de Mortágua – decidir sobre os assuntos relacionados com a aquela empreitada, e tendo em vista o normal andamento dos trabalhos, o Senhor Presidente propôs que a Câmara delibere o seguinte:-----

-----1.-Nomear o Coordenador de Segurança e Saúde em Obra para efeitos nos nº. 2 e 3 do artigo 9º. do Decreto –Lei número 273/2003, de 29 de outubro, o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Engº. Albano Tomás da Fonseca Duarte, para todos os efeitos legais e com retroatividade à data de validação técnica do PSS.-----

-----2.-Aprovar o Desenvolvimento e Especificações do Plano de Segurança e Saúde para a execução da obra, nos termos do nº. 1 do artigo 12º. do Decreto –Lei nº. 273/2003, de 29 de outubro;-----

-----3.-Que se comunique por escrito ao empreiteiro na qualidade de entidade executante, a aprovação do PSS para a execução da obra, dando início aos trabalhos constantes do desenvolvimento prático, incluindo a implantação do estaleiro.-----

-----4.-Nomear para efeitos previstos no artigo 305º., nº.4 conjugado com o artigo 344º. do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto –Lei nº.18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, o Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos, Engº Albano Tomás da Fonseca Duarte, como Diretor de Fiscalização e como fiscal adjunto o Sr. Jorge Manuel Rodrigues Gomes, Fiscal Municipal.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta.--



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.-DEFESA DO MEIO AMBIENTE:-----

9.1.-REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte proposta:-----

-----“Considerando que :-----

-----a).-O Município é proprietário dos seguintes prédios, adquiridos para via pública:-----

-----1) Prédio rústico, inscrito na matriz predial rústica sob artigo 9661 da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e descrito no registo predial sob o nº.4740 sito no em Lavadouras, com a área de 1.240,00 m2, com as seguintes confrontações: Norte – José Fernandes Abreu; Nascente – Arménio Gomes; Sul – Ribeira; Poente – Ribeira.-----

-----2) Prédio rústico, inscrito na matriz predial rústica sob artigo 9676 da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e descrito no registo predial sob o nº. 1932 sito no em Lavadouras, com a área de 980,00 m2, com as seguintes confrontações: Norte – Albano Simões; Nascente – Celso Oliveira Porto; Sul – Abel Festas Cancela de Abreu; Poente – Ribeiro.-----

3) Prédio rústico, inscrito na matriz predial rústica sob artigo da União de Freguesias de 10148 Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e descrito no registo predial sob o nº. 1935, sito no em Bessada da Ponte, com a área de 1.740,00 m2, com as seguintes confrontações: Norte – estrada; Nascente – ribeira; Sul – António Lopes de Almeida; Poente – estrada.-----

-----4) Prédio rústico, inscrito na matriz predial rústica sob artigo 10151 da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e descrito no registo predial sob o nº. 5353, sito no em Bessada da Ponte, com a área de 2.120,00 m2, com as seguintes confrontações: Norte – José Ângelo Ferreira Sacras; Nascente – ribeira; Sul – José Rodrigues dos Santos; Poente – estrada.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----5) Prédio rústico, inscrito na matriz predial rústica sob artigo 10226 da União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio, Cortegaça e Almaça, e descrito no registo predial sob o n.º 35156, sito no Quinta das Nogueiras, com a área de 3303,12 m2, com as seguintes confrontações: Norte – Barroca; Nascente – Junta de Freguesia; Sul – Ribeira; Poente – Ribeira e Caminho.-----

-----b) Muito embora, os prédios tenham sido integrados no domínio público municipal na obra de REQUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DAS MARGENS DA RIBEIRA DA FRAGA – CRIAÇÃO DE PERCURSO PEDESTRE EM MORTÁGUA ENTRE A PONTE DO BARRIL E O PARQUE VERDE, esse facto não se encontra refletido no registo predial, onde os prédios ainda pertencem ao domínio privado municipal;-----

-----c) Se tem vindo a desenvolver uma regularização exaustiva do cadastro e registo municipais;-----

-----d) Se torna, por isso, necessário proceder à afetação ao domínio público municipal das parcelas de terreno acima identificadas.-----

-----e) Nos termos da alínea q) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é competência da Assembleia Municipal deliberar sobre a afetação ou desafetação de bens do domínio público.-----

-----Tenho a honra de propor que a Câmara delibere, ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal das parcelas de terreno acima descritas, devidamente identificadas nas Planta que se dão por integralmente reproduzidas.”.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara deliberou ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 33º, n.º 1, alínea ccc) e do artigo 25º, n.º 1, alínea q), todos da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar submeter à Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal das parcelas de terreno acima descritas.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

9.1.2.-Aquisição de Terreno:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a informação do Chefe de Divisão de Conservação do Território e Serviços Urbanos que a seguir se transcreve, sobre o assunto em epígrafe:-----

-----“Informo da necessidade em adquirir o terreno localizado junto à ponte pedonal do Barril, inserida no percurso pedestre Barril/Parque das Nogueiras com uma área de 838 m2 (planta anexa).-----

-----Atendendo a que o valor dos terrenos adquiridos naquela zona é de 3 euros/m2, o valor do terreno será de 2514 Euros.-----

-----O terreno pertence ao Sr. Luis Filipe Martins Ferreira Diogo (NIF .219236496) – caderneta predial rústica: 10127, em anexo.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade adquirir o terreno ao Senhor Luis Martins Ferreira Diogo pelo valor de dois mil quinhentos e catorze euros (2.514 €), e que será integrado no domínio público municipal no Percorso Pedestre Ponte do Barril/Parque das Nogueiras/Parque Verde.-----

10.-ADMINISTRAÇÃO:-----

10.1.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA O ANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de reforçar e reajustar diversas rubricas do orçamento Municipal do corrente ano, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do Decreto - Lei número 54-A/99, de vinte e dois de fevereiro, conjugado com a alínea d) do número 1 do artigo 33º. da Lei nº. 75/2013, de 12 setembro, a proposta de modificação por alteração ao orçamento que apresentava os seguintes valores:-----

-----Reforço despesas de capital – três mil euros (3.000,00 €).-----

-----Anulação despesas de capital – zero euros (0,00€).-----

-----Reforço despesas correntes – vinte e três mil e seiscentos euros (23.600,00€);-----

-----Anulação despesas correntes – vinte e seis mil e seiscentos euros (26.600,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração ao Orçamento Municipal, a Câmara deliberou por



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

10.2.-MODIFICAÇÃO POR ALTERAÇÃO ÀS OPÇÕES DO PLANO DE 2018:-----

-----Considerando a necessidade de dotar diversos projetos das Opções do Plano do corrente ano de verbas necessárias à satisfação de compromissos assumidos decorrentes da evolução normal dos empreendimentos em curso, pelo Senhor Presidente foi presente nos termos do ponto 8.3.2.3 do Decreto – Lei número 54-A/99, conjugado com a alínea d) do número do 1 do artigo 33º. da Lei número 75/2013, de 12 de setembro, a proposta de alteração às Opções do Plano do corrente ano que apresentava os seguintes valores:-----

-----Modificação de Financiamento definido – cinco mil e quinhentos euros (5.500,00 €).-----

----- Modificação de Financiamento não definido – mil euros (1.000,00 €).-----

-----Depois de apreciada a alteração às Opções do Plano, a Câmara deliberou por unanimidade aprová-la ficando a mesma arquivada em pasta própria nos serviços de contabilidade.-----

10.3.-RELATÓRIO DE AUDITORIA – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA DO MUNICÍPIO – 1º. SEMESTRE:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o Relatório Semestral, do auditor externo, sobre a situação económica e financeira do Município referente ao 1º. Semestre de 2018, emitido nos termos da alínea d), do nº.2, do artigo 77º. da Lei nº. 73/2013, de 3 de setembro, para conhecimento do órgão executivo.-----

-----A Câmara tomou conhecimento.-----

-----Os Vereadores eleitos pelo PS, Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques e Senhor Nelson António Rodrigues Filipe apresentaram o seguinte documento de análise ao relatório:-----

-----“Relatório de Auditoria Semestral 2018:-----

-----Verifica-se um aumento considerável das dívidas a terceiros de curto prazo (fornecedores e empreiteiros), cerca de 29,40%, que conjugada com a diminuição de 22,39% dos depósitos bancários e caixa (-1-027.292,67 €) indicam claramente o acentuar da degradação da situação financeira do Município já constatada na prestação de contas de 2017.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Da análise económica e financeira resulta a constatação de piores resultados operacionais, piores resultados e piores resultados líquidos, se comparados com o mesmo período do ano anterior.-----

-----Ao nível orçamental, registe-se um grau de execução de receitas inferior ao do período homólogo, a variação negativa nas receitas de capital é de -22,42%, resultado da incapacidade patente de arrecadação de fundos comunitários e na gestão dos processos de candidaturas.-----

-----Preocupante também é ao meio do ano de execução de despesa corrente e despesas de capital 35,75 € e 16,46% respetivamente, muito pouco para quem tem tanto promete! Também aqui comparando com anos anteriores a evolução é negativa.-----

-----Verifica-se mais uma vez um menor desempenho em todos os principais indicadores financeiros e orçamentais-----

-----Por último, o que dizer de um grau de execução global do Plano Plurianual de Investimentos de 14,82%? Números são números, e não são os números dos Vereadores do Partido Socialista, são os números do relatório dos auditores externos!-----

-----Assim, sem prejuízo e uma análise mais profunda em Assembleia Municipal, constatamos que a trajetória de degradação da situação financeira do Município se acentua.-----

-----Concluem assim os Vereadores do Partido Socialista que os sinais e as evidências são preocupantes e reveladores do tipo de gestão municipal pelo executivo PSD e que é urgente tomar medidas de planeamento e controlo que permitam a melhoria da situação económica e financeira do Município.-----

-----Mortágua, 19 de Setembro de 2018. Os Vereadores do Partido Socialista”-----

10.4.-PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS A APLICAR NA DERRAMA NOS TERMOS DO ARTº. 18º. DA LEI Nº.73/2013, DE 3 DE SETEMBRO:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“O nº 1, do artº. 18º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias Locais, prevê que os municípios podem deliberar lançar anualmente uma derrama, até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).-----

-----A referida Lei estabelece, ainda, no n.º4 do mesmo artigo, a possibilidade de ser fixada uma taxa reduzida de derrama para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€.-----

-----Neste sentido, considerando a atual conjuntura económica e financeira e como forma de incentivo às empresas propõe-se:-----

----Para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse 150.000,00€, aplicar, no ano económico de 2019, uma taxa reduzida de derrama de **0,0%** (isenção de taxa) sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para todos os sujeitos passivos que tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais no município e matéria coletável superior a 50.000,00€, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional:-----

-----Para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior superior 150.000,00€, aplicar, no ano económico de 2019, uma taxa de derrama de 1,0 % sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC, para todos os sujeitos passivos que tenham estabelecimentos estáveis ou representações locais no município e matéria coletável superior a 50.000,00€, o lucro tributável imputável à circunscrição de cada município é determinado pela proporção entre os gastos com a massa salarial correspondente aos estabelecimentos que o sujeito passivo nele possua e a correspondente à totalidade dos seus estabelecimentos situados em território nacional.-----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) e no artigo 33.º, n.º1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remeter a mesma à Assembleia



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea d), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

10.5.-PROPOSTA FIXAÇÃO DA PERCENTAGEM DO IRS PRETENDIDO PELO MUNICÍPIO NOS TERMOS DO ART.º 26.º. DA LEI DAS FINANÇAS LOCAIS – LEI Nº.73/2013, DE 3 SETEMBRO:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“Nos termos do n.º1 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro – Regime Financeiro das Autarquias “Locais, os Municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º1, do art.º 78º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Social nos termos do n.º 2 do art.º 69º.-----

-----A participação referida depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo Município. Caso a percentagem deliberada pelo Município seja inferior a 5%, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativamente aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele que respeita a participação variável.-----

-----No sentido de aliviar a carga fiscal dos munícipes, que nos dias de hoje já veem os seus orçamentos familiares tão asfixiados, propõe-se a fixação daquela participação em 0,0%, o que corresponderá a uma redução de 100% da receita que seria arrecadada pela Câmara, a qual reverterá a favor dos sujeitos passivos.-----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no art.º 25.º, n.º 1, alínea c), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro.-----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea c) e no artigo 33.º, n.º1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei nº. 75/2013, de 12 de setembro. “-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remete-la à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea c) e no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

10.6.-PROPOSTA DE FIXAÇÃO DE TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS ART.º 112.º DO CIMI:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“De acordo com o n.º 5 do art.º 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo decreto-lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, na sua atual redação, compete aos Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixar a taxa de IMI a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos na alínea c) do n.º 1 do mesmo artigo, designadamente: -----

-----Alínea c) - Prédios urbanos nos termos do CIMI: 0,3% a 0,45%. (*Redação da Lei n.º 7-A/2016, de 30 de março*).-----

-----Na atual situação económica e financeira do país e tendo em vista concretizar mais um passo na estratégia municipal de redução da carga fiscal sobre as famílias locais, tão penalizadas por aquela situação, e porque as condições financeiras do Município fruto de uma gestão rigorosa o permitem, propõe-se para vigorar no ano de 2018, com efeitos na liquidação que será feita em 2019 a aplicação da seguinte taxa:-----

-----Alínea c) - Prédios Urbanos: 0,3%; (mínimo permitido). -----

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) e no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remete-la à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) e no artigo 33.º, n.º 1, alínea ccc), do regime jurídico das autarquias locais, aprovado



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

pela lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

10.7.-PROPOSTA DE REDUÇÃO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS - TAXA PREVISTA NO ARTIGO 112.º-A DO CÓDIGO DO CIMI:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta:-----

-----“O n.º 1, do artigo 112.º-A do CIMI (aditado pela A Lei nº7-A/2016, de 30 de março – LOE de 2016), estabelece a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixarem uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, nos casos de imóvel destinado a habitação própria permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13.º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS), compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a tabela infra:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1.....	20
2.....	40
3 ou mais	70

-----A deliberação referida deve ser comunicada à Autoridade Tributária e Aduaneira, nos termos e prazo previstos no n.º 14 do artigo 112.º do Código do IMI, por transmissão eletrónica de dados até 30 de novembro.-----

-----A verificação dos pressupostos para a redução da taxa do IMI é efetuada pela Autoridade Tributária e Aduaneira, de forma automática e com base nos elementos constantes nas matrizes prediais, no registo de contribuintes e nas declarações de rendimentos entregues. -----

-----Para efeitos do disposto no referido artigo 112.º-A, a composição do agregado familiar é aquela que se verificar no último dia do ano anterior àquele a que respeita o imposto.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Considera-se o prédio ou parte de prédio urbano afeto à habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar quando nele estiver fixado o respetivo domicílio fiscal.-----

-----A Autoridade Tributária e Aduaneira disponibiliza aos municípios, até 15 de setembro, o número de agregados com um, dois e três ou mais dependentes que tenham, na sua área territorial, domicílio fiscal em prédio ou parte de prédio destinado a habitação própria e permanente.-----

-----Pese embora o Município ter proposto a fixação da taxa de IMI no mínimo permitido por lei, tal medida não obsta a que se possa concretizar mais um passo na estratégia municipal de redução da carga fiscal sobre as famílias locais, tão penalizadas pela situação económica e financeira do país.-----

-----A aprovação desta proposta, e o seu impacto nos orçamentos futuros, pode ser acautelado pela adoção de medidas de controlo da despesa municipal, nomeadamente despesas de funcionamento.-----

-----De acordo com informação da Autoridade Tributária e Aduaneira, enviada 14/09/2018 via e-mail, a aplicação desta medida representa uma diminuição de coleta fiscal no montante de 17.560,00 €.-----

-----Justifica-se fixar uma redução da taxa de IMI, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, e atendendo ao número de dependentes, nos termos do previsto art.º 112º-A do Código do IMI, porquanto:-----

-----a) As famílias com dependentes têm despesas acrescidas;-----

-----b) A família, como pilar da nossa comunidade deve ser destacada, valorizada e protegida;--

-----c) A redução da taxa de IMI, que se propõe, funcionará como incentivo à natalidade e consequente aumento da população do nosso concelho.-----

-----Em reconhecimento dessa realidade, reduzir o IMI aos nossos munícipes nos termos da lei, é uma das medidas que podem ser tomadas, com alcance direto para muitas famílias e para o



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

desenvolvimento do nosso concelho.-----

-----Assim, propõe-se e a aplicação das seguintes taxas de redução:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1.....	20
2.....	40
3 ou mais	70

-----Se aprovada, esta proposta deve ser remetida à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) e no artigo 33.º, n.º1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remete-la à Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 25.º, n.º 1, alínea d) e no artigo 33.º, n.º1, alínea ccc), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela lei n.º. 75/2013, de 12 de setembro.-----

10.8.-PROPOSTA - TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte Proposta:-----

-----“Considerando que:-----

-----A Lei n.º 5/2004, de 10 de Fevereiro (Lei da Comunicações Eletrónicas), na redação na sua atual redação, estabelece no seu artigo 106.º, que os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP); -----

-----A TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da faturação mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município;
O percentual da TMDP é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%; -----

-----Nos municípios em que seja cobrada a TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento (e não os clientes finais);-----

-----A alínea m) do artigo 14.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, prevê como receitas dos municípios as estabelecidas enquanto tais por lei ou regulamento.-----

-----Trata-se assim de uma taxa específica das autarquias locais, poderá o município observados os limites legais previstos, proceder à fixação da referida taxa para o ano de 2019, concorrendo desta forma para o objetivo de maximização de receitas próprias.-----

-----Proponho que: -----

-----A Câmara Municipal delibere, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, propor à Assembleia Municipal a aprovação da TMDP, fixando em 0,25% o seu percentual, para aplicação no ano de 2019, dado que de acordo com o previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 25.º da citada lei, a aprovação das taxas e a fixação do respetivo valor é da competência do órgão deliberativo.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar a proposta e remete-la à Assembleia Municipal.-----

10.9.-PROPOSTA DE ADESÃO DO MUNICIPIO DE MORTÁGUA COMO SÓCIO FUNDADOR DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DO CAMINHO DE SANTIAGO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente a seguinte informação do Senhor Vereador Dr. Paulo Alexandre Oliveira que a seguir se transcreve:-----

-----“Recentemente foi constituída a Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago, de forma a contribuir para articulação de uma Estratégia Nacional de promoção, organização e gestão do Caminho de Santiago em território nacional.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A Federação Nacional visa constituir um fórum de debate sobre o Caminho de Santiago, procurando o desenvolvimento de produtos e serviços adequados às crescentes necessidades identificadas pelos seus membros e outros parceiros públicos e privados, individuais e coletivos. É sua missão pugnar pela garantia de genuinidade / autenticidade do Caminho, procurando colaborar diretamente com os órgãos governamentais decisores, estabelecer protocolos de cooperação com outras Associações ou organizações credíveis e com interesses afins, bem como promover candidaturas a Fundos Europeus ou a outros fundos nacionais e internacionais.-----

-----Considerando que:-----

-----a) O Caminho de Santiago é percorrido pelos peregrinos afluem a Santiago de Compostela, desde o sec. IX, seguindo a descoberta e transporte, há mais de doze séculos, dos restos mortais do apóstolo Santiago Maior, o patrono espiritual Ibérico por excelência e, como tal, invocado durante muitos séculos tanto por castelhanos como por portugueses. A peregrinação a Santiago de Compostela é, portanto, um fenómeno histórico-cultural profundamente enraizado no espírito europeu, com destaque para a península Ibérica, caracterizado por um conjunto de fatores identitários muito próprios, de carácter religioso, espiritual, etnográfico, arquitetónico, hagiográfico e até toponímico, associado a símbolos que permaneceram arraigados nos territórios e bem preservados nas tradições e no modo de vida das populações.-----

-----b) Nas últimas décadas o Caminho de Santiago recuperou protagonismo, constituindo um itinerário espiritual e cultural de primeira ordem. A cidade de Santiago de Compostela foi declarada “Património da Humanidade” pela UNESCO, em 1985, e o Caminho de Santiago, que já fora declarado “Conjunto Histórico-Artístico” em 1962, foi reconhecido pelo Conselho da Europa com “Primeiro Itinerário Cultural Europeu” em 1987, precisamente pela sua riqueza histórico-cultural, e pela abundância de marcos arquitetónicos (de estilo românico, gótico, barroco e neoclássico). Em 1993 a UNESCO classificou os Caminhos de Santiago em Espanha como Património Mundial da Humanidade. Tudo isto tem contribuído para um aumento exponencial da procura do Caminho de Santiago, verificando-se já sinais de massificação



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

turística nos percursos mais divulgados.-----

-----c) Em Portugal, tem-se verificado uma paradoxal divergência no que se refere ao desenvolvimento do Caminho Português de Santiago: um para paradoxo entre a riqueza patrimonial e etnográfica que existe, a qual permaneceu extraordinariamente bem preservada e, pontualmente, bem documentada e estudada em várias regiões; e, por outro lado, um assinalável desconhecimento geral, nacional e internacional, dos principais percursos históricos de peregrinação de Santiago, no território português. Esta realidade deriva de vários fatores, aos quais não está alheia a desorganização institucional no que se refere às diversas entidades, dos vários setores da sociedade, nas escalas nacional, regional e local, com atribuição, competência e atuação na temática do Caminho de Santiago. Assim, à medida que foi aumentando, novamente a procura global pelo Caminho de Santiago, não se verificou a necessária articulação dos vários atores no desenvolvimento da uma eficaz Estratégia Nacional para o Caminho de Santiago em Portugal.-----

-----d) O Município de Mortágua, através da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, apresentou uma candidatura à criação de Corredores do Património Natural, onde se insere os corredores da Espiritualidade, como o dos Caminhos de Santiago, constantes do pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial (PDCT), financiado pelo programa CENTRO 2020 – Domínio de Intervenção da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – Prioridade de Investimento (PI) 6.3-A, conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural. A recriação de Caminhos Naturais da Espiritualidade, bem como a Grande Rota do Bussaco contribuem para o aproveitamento das condições intrínsecas de exploração, mobilidade e travessia do nosso território, contribuindo para a qualidade de experiência de visita, potenciando o tempo de permanência na Região, dando assim resposta e posicionamento ao atual paradigma turístico: Estruturação da oferta e respetivo produto turístico de forma direcionada e tematizada, mas também numa perspetiva de agregação da oferta existente e do potencial do território.-----

-----Assim, face à importância da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, em ter um



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

papel relevante e ativo na certificação do Caminho Português, bem como a manifesta preocupação de introdução de critérios histórico-culturais, essenciais e vinculativos à certificação nacional, de acordo com certificação do mesmo como Itinerário Cultural Europeu, assim como, a estratégia europeia adotada para a referida Certificação do Caminho de Santiago, propõe-se a adesão do Município de Mortágua, como Município Fundador da Federação Portuguesa do Caminho de Santiago, da qual se anexa os respetivos Estatutos, que serão atualizados com os mais Municípios aderentes até ao momento da Escritura Pública.-----

-----Face ao exposto propõe-se:-----

-----1.-Que a referida proposta seja aprovada em reunião de Câmara e posteriormente submetida à Assembleia Municipal de Mortágua do pedido de autorização do Município de Mortágua à Federação Portuguesa dos Caminhos de Santiago, com a aprovação dos respetivos Estatutos, cuja a minuta se encontra em anexo à presente proposta, nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º, na alínea ccc) do art.º 33, n.º1, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugados com os arts.º 1º, n.º2, 3º, 6º, 56º e 60º do RJAEPL (Regime Jurídico da atividade Empresarial local e das Participações Locais); -----

-----2.-Submeter a fiscalização prévia do Tribunal de Contas, nos termos do disposto nos arts. 56º, n.º 2 e 59º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto”.-----

-----Apreciado o assunto a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta remete-la à Assembleia Municipal nos termos do disposto na alínea n) do n.º 1 do art.º 25.º, na alínea ccc) do art.º 33, n.º1, todos do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, conjugados com os arts.º 1º, n.º2, 3º, 6º, 56º e 60º do RJAEPL (Regime Jurídico da atividade Empresarial local e das Participações Locais).-----

10.10.-ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA VENDA DE LOTES QUE CONSTITUEM O LOTEAMENTO URBANO MUNICIPAL DA ÁREA DA EX - CERÂMICA DE MORTÁGUA:-----

-----Considerando que, sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia aprovou na sua sessão de 30/06/2016 uma alteração ao Regulamento da Hasta Pública para Venda de Lotes



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

que constituem o Loteamento Urbano Municipal da Área da Cerâmica de Mortágua.-----

-----Considerando que se encontram cumpridos os pressupostos constantes na alínea g) do n.º 1 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, estando assim reunidas as condições legais para se proceder à abertura de procedimento de nova hasta pública.-----

-----Assim, o Senhor Presidente propôs que:-----

-----1.-Se procedesse nos termos do Regulamento à abertura do Procedimento da Hasta Pública para alienação dos lotes n.º 1; 2/3; 4/5; 6/7; 8/9; 10/11; 12/13; 14/15; 20/21; do “Loteamento Urbano Municipal da Antiga Cerâmica de Mortágua”, cujas áreas e respetivos preços base de licitação estão identificados no ponto do 2 do Regulamento e no mapa a seguir descritos:-----

nº lote	área	área de construção habitação	Área de construção em cave	Valor corrente de mercado do lote	Valor base da venda
1	463,3	260,0	130,0	14 300,00 €	10 244,50 €
2/3	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
4/5	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
6/7	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
8/9	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
10/11	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
12/13	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
14/15	592,2	260,0	130,0	14 300,00 €	12 178,00 €
20/21	450,0	260,0	130,0	14 300,00 €	10 045,00 €
38	695,9	240,0	120,0	13 200,00 €	13 018,50 €

-----2- A hasta pública seja publicitada, nos termos do n.º 6 do respetivo regulamento, no 1/10/2018 por edital num jornal regional e nacional de grande circulação (Jornal de Notícias e Diário de Coimbra).-----

-----3- Nos termos do n.º 9.1. do Regulamento, o ato público de abertura das propostas e da hasta pública para adjudicação dos lotes, tenha lugar no dia 2/11/2018, pelas 10,00 horas, no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Salão Nobre do Edifício dos Paços do Município.-----

-----4.- Em cumprimento do nº. 7 do Regulamento a Comissão da Hasta Pública seja constituída por:-----

-----Presidente – Engº. José Júlio Henriques Norte, Presidente da Câmara;-----

-----Vogais: – Dr. Paulo Alexandre de Oliveira, Vereador, Manuel Jorge Gomes Nunes, Coordenador Técnico.-----

-----Suplentes: Engº. Luis Filipe Martins Rodrigues, Técnico Superior e Sandrine Bento de Matos, Técnica Superior.-----

-----4 – O processo, designadamente, a planta síntese do loteamento e Regulamento da hasta pública, estejam patentes para consulta dos interessados nos Serviços Administrativos da Câmara Municipal de Mortágua e no sítio da Câmara Municipal. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade aprovar à abertura do procedimento da hasta pública, bem como a constituição da respetiva Comissão.-----

10.11.-PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DO LOTE 12 NO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA APRESENTADO PELA ACTRÁDIA, SA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício referência 180000001/Am, datado de 31/07/2018 da Empresa Actrádia S.A instalada no Lote 2 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua, e que integra o Grupo FHC – Farmacêutica, e que se dedica à gestão do património imobiliário das empresas relacionadas, em que informar que:-----

-----O grupo empresarial em que se integra (Grupo FHC) é constituído por um conjunto de empresas nas áreas de Indústria de Distribuição Farmacêutica e de Consultadoria e Serviços, nomeadamente através das empresas Laboratórios BASI – Indústria Farmacêutica, FHC Farmacêutica, Overpharma – Produtos Médicos e farmacêuticos, Lda. Actrádia Consultadoria, Actrádia SA e Zeone Informática, todas localizadas no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

-----Os investimentos realizados pelo grupo empresarial no Parque Industrial representam um



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

acréscimo significativo na capacidade de criação de riqueza e de postos de trabalho, empregando já mais de 300 colaboradores.-----

-----Este esforço de investimento requer necessidades contínuas de formação e atualização das competências profissionais dos seus colaboradores, representando mais de 10.000 horas de anuais de formação em contexto académico e profissional e envolve uma quantidade significativa de recursos humanos e materiais.-----

-----O específico contexto da área Farmacêutica e uma visão empresarial focada na contexto atualização, no domínio das tecnologias mais avançadas, na melhoria contínua, na inovação e na competitividade aconselham a encarar as necessidades de formação como um investimento crítico no âmbito da sua atividade.-----

-----Tal necessidade é ainda mais premente quando se aproxima a conclusão do maior investimento do grupo, com a entrada em funcionamento, ainda no decorrer do presente ano, da nova unidade de produção de injetáveis dos Laboratórios BASI que empregará mais de cem (100) novos colaboradores, com necessidades específicas e contínuas de formação.-----

-----Neste sentido, o grupo tem equacionado diversos cenários de resposta às necessidades de recursos físicos, materiais e humanos que permitam responder adequadamente às necessidades formativas do grupo.-----

-----No âmbito da sua atividade, a Actrádia SA identificou a oportunidade de aquisição das instalações existentes no Lote 12 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua, onde atualmente o IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais tem a sua sede e que, pelas suas características e localização, com algum investimento na reforma e adaptação do imóvel, podem representar uma solução adequada às necessidades de formação do grupo.-----

-----A venda do imóvel pelo IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais configura igualmente uma opção viável para aquela entidade que tem vindo a desenvolver esforços no sentido de redefinir a sua localização e modernizar as suas instalações e equipamentos, tendo já manifestado o seu interesse na alienação do mesmo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A aquisição ora proposta permitirá ainda a requalificação das atividades exercidas no Parque Industrial, criando oferta formativa de elevado valor agregado, permitindo igualmente captar e fixar o Município de Mortágua mão-de-obra altamente qualificada.-----

-----A centralização de todas as empresas do grupo FHC no Município de Mortágua está integrada numa estratégia de consolidação desta região como uma referência empresarial na área em que atua, com capacidade para captar novos investimentos em áreas de suporte à atividade farmacêutica, gerando novas oportunidades e auxiliando na promoção do desenvolvimento económico e social do Município.-----

-----Embora a diversificação das áreas de negócios seja um princípio inerente à criação dos Parques Industriais, é igualmente certo que estes devem potenciar toda a capacidade de geração de valor criado pelas sinergias que possam ser estabelecidas entre as várias empresas que o integram.-----

-----Neste sentido, a concentração de todas as áreas de negócio do grupo FHC no Parque Industrial de Mortágua não só potencia essas sinergias, como é fator crítico do seu sucesso.-----

-----As empresas entraram já em negociações prévias para a transação do imóvel que submete à apreciação e aprovação do Executivo Municipal, tendo alcançado um entendimento global quanto aos aspetos essenciais do negócio, nomeadamente, preço e prazo de pagamento.-----

-----Face ao exposto a Atrádia SA no âmbito do património imobiliário do grupo FHC requerer a autorização e renúncia da Câmara Municipal ao exercício do direito de preferência para aquisição do prédio urbano constituído pelo imóvel com a área total de 2.080 m², localizado no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 12, em Mortágua, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígo, Cortegaça e Almagar sob o número 2654 e descrito na Conservatório do Registo Predial de Mortágua sob o registo 609, pelo preço global de duzentos e sessenta mil euros (260.000, 00 €), a pagar até ao dia 30 de setembro de 2018 no ato da escritura pública de compra e venda.-----

-----Sobre o assunto foi emitida a informação pelo Coordenador Técnico da Unidade de contratação Pública, que a seguir se transcreve:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----A aquisição ora proposta permitirá ainda a requalificação das atividades exercidas no Parque Industrial, criando oferta formativa de elevado valor agregado, permitindo igualmente captar e fixar o Município de Mortágua mão-de-obra altamente qualificada.-----

-----A centralização de todas as empresas do grupo FHC no Município de Mortágua está integrada numa estratégia de consolidação desta região como uma referência empresarial na área em que atua, com capacidade para captar novos investimentos em áreas de suporte à atividade farmacêutica, gerando novas oportunidades e auxiliando na promoção do desenvolvimento económico e social do Município.-----

-----Embora a diversificação das áreas de negócios seja um princípio inerente à criação dos Parques Industriais, é igualmente certo que estes devem potenciar toda a capacidade de geração de valor criado pelas sinergias que possam ser estabelecidas entre as várias empresas que o integram.-----

-----Neste sentido, a concentração de todas as áreas de negócio do grupo FHC no Parque Industrial de Mortágua não só potencia essas sinergias, como é fator crítico do seu sucesso.-----

-----As empresas entraram já em negociações prévias para a transação do imóvel que submete à apreciação e aprovação do Executivo Municipal, tendo alcançado um entendimento global quanto aos aspetos essenciais do negócio, nomeadamente, preço e prazo de pagamento.-----

-----Face ao exposto a Atrádia SA no âmbito do património imobiliário do grupo FHC requerer a autorização e renúncia da Camara Municipal ao exercício do direito de preferência para aquisição do prédio urbano constituído pelo imóvel com a área total de 2.080 m², localizado no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote 12, em Mortágua, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígo, Cortegaça e Almaça sob o número 2654 e descrito na Conservatório do Registo Predial de Mortágua sob o registo 609, pelo preço global de duzentos e sessenta mil euros (260.000, 00 €), a pagar até ao dia 30 de setembro de 2018 no ato da escritura pública de compra e venda.-----

-----Sobre o assunto foi emitida a informação pelo Coordenador Técnico da Unidade de contratação Pública, que a seguir se transcreve:-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----“ A Empresa Actrádia SA que integra o Grupo FHC, com sede no lote 12 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, no seguimento de negociações efetuadas com o IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais, manifestou interesse na aquisição das suas instalações (Lote 12), com a finalidade de possuir um espaço destinado à formação de pessoal, necessidade ainda mais premente quando se aproxima a conclusão e entrada em funcionamento da nova unidade de produção de injetáveis dos laboratórios BASI, que empregará mais de 100 novos colaboradores, com necessidades específicas e continuas de formação.-----

-----Nesse sentido veio aquela entidade solicitar que lhe seja concedida autorização para a efetivação do negócio jurídico do referido lote 12 do Parque Industrial (parque inicial).-----

-----Cumpre-me informar sobre o assunto o seguinte:-----

-----Nos termos do Regulamento do Parque Industrial (inicial) os lotes existentes têm o fim único de construção industrial (artigo 3º. nº.1) com a exceção do lote 12 que se dedica a instalação de serviços.-----

-----Nos termos do disposto no artigo 8º. do RPIMLF e de acordo com a escritura de compra e venda do lote número 12 ao IEBA, em 20 de maio de 2001, só serão permitidos negócios jurídicos de transmissão dos lotes já existentes, desde que devidamente autorizados caso a caso, pela Câmara.-----

-----Conforme decorre do requerimento em análise, o pedido de autorização de alienação do Lote 12 do Parque Industrial radica no facto de pretender dotar o Grupo FHC com instalações adequadas à formação dos seus colaboradores.-----

-----Fica assim demonstrado que o negócio jurídico pretendido não altera a finalidade do lote 12, cumprindo o disposto no Regulamento do PIMLF.-----

-----Concluindo:-----

-----Deverá o pedido ser presente a reunião de Câmara para autorização do negócio jurídico pretendido entre a Actrádia, SA e o IEBA.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade autorizar o negócio



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

jurídico entre a Actrádia, SA e o IEBA para a alienação lote 12 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira.-----

10.12.-PEDIDO DE ISENÇÃO DO PAGAMENTO DO IMT RELATIVO AO LOTE 12 NO PARQUE INDUSTRIAL MANUEL LOURENÇO FERREIRA A ADQUIRIR PELA ACTRÁDIA, SA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício ref^a. 180000002/Am, datado de 31/07/2017 da empresa Actradia, Ld^a., com sede no Parque Industrial de Mortágua, lote 2, 3450 – 232 Mortágua, com o número de pessoal coletiva nº.50829251, em que requer nos termos da alínea h), do número 6, do artigo 31º. do Decreto - Lei número 287/2003, de doze de Novembro, reconhecimento prévio da Câmara Municipal para efeitos de isenção do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, conforme dispõe o nº.2 do artigo 16º. da Lei nº.73/2013, de 2 de setembro, referente à aquisição do prédio urbano constituído pelo imóvel com a área total de 2.080 m², localizado no Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, lote nº 12,, em Mortágua, inscrito na matriz predial urbana da União das Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, sob o número 2654 e descrito na Conservatória do Registo Predial de Mortágua sob o registo nº. 609, pelo valor de duzentos e sessenta mil euros (260.000,00 €).-----

-----A despesa fiscal a considerar para a isenção requerida, calculada nos termos do artigo 16º. nº.4 da Lei nº. 26/2003 de 3 de julho estima-se em dezasseis mil e novecentos euros (16.900,00€), considerando o valor tributável do ato.-----

---- A Actrádia S.A instalada no Lote 2 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua, que integra o Grupo FHC – Farmacêutica, e que se dedica à gestão do património imobiliário das empresas relacionadas, e justifica o pedido com os factos de :-----

-----O grupo empresarial em que se integra (Grupo FHC) é constituído por um conjunto de empresas nas áreas de Industria de Distribuição Farmacêutica e de Consultoria e Serviços, nomeadamente através das empresas Laboratórios BASI – Industria Farmacêutica, FHC Farmacêutica, Overpharma – Produtos Médicos e farmacêuticos, Ld^a. Actrádia Consultoria,-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

Actrádia SA e Zeone Informática, todas localizadas no Parque Industrial Manuel Lourenço.-----

-----Os investimentos realizados pelo grupo empresarial no Parque Industrial representam um acréscimo significativo na capacidade de criação de riqueza e de postos de trabalho, empregando já mais de trezentos (300) colaboradores.-----

-----Este esforço de investimento requer necessidades contínuas de formação e atualização das competências profissionais dos seus colaboradores, representando mais de dez mil (10.000) horas anuais de formação em contexto académico e profissional e envolve uma quantidade significativa de recursos humanos e materiais.-----

-----O específico contexto da área Farmacêutica e uma visão empresarial focada no contexto atualização, no domínio das tecnologias mais avançadas, na melhoria contínua, na inovação e na competitividade aconselham a encarar as necessidades de formação como um investimento crítico no âmbito da sua atividade.-----

-----Tal necessidade é ainda mais premente quando se aproxima a conclusão do maior investimento do grupo, com a entrada em funcionamento, ainda no decorrer do presente ano, da nova unidade de produção de injetáveis dos Laboratórios BASI que empregará mais de cem (100) novos colaboradores, com necessidades específicas e contínuas de formação.-----

-----Neste sentido, o grupo tem equacionado diversos cenários de resposta às necessidades de recursos físicos, materiais e humanos que permitam responder adequadamente às necessidades formativas do grupo.-----

-----No âmbito da sua atividade, a Actrádia SA identificou a oportunidade de aquisição das instalações existentes no Lote 12 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua, onde atualmente o IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais tem a sua sede e que, pelas suas características e localização, com algum investimento na reforma e adaptação do imóvel, podem representar uma solução adequada às necessidades de formação do grupo.-----

-----A venda do imóvel pelo IEBA – Centro de Iniciativas Empresariais e Sociais configura igualmente uma opção viável para aquela entidade que tem vindo a desenvolver esforços no



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

sentido de redefinir a sua localização e modernizar as suas instalações e equipamentos, tendo já manifestado o seu interesse na alienação do mesmo.-----

-----A aquisição ora proposta permitirá ainda a requalificação das atividades exercidas no Parque Industrial, criando oferta formativa de elevado valor agregado, permitindo igualmente captar e fixar o Município de Mortágua mão-de-obra altamente qualificada.-----

-----A centralização de todas as empresas do grupo FHC no Município de Mortágua está integrada numa estratégia de consolidação desta região como uma referência empresarial na área em que atua, com capacidade para captar novos investimentos em áreas de suporte à atividade farmacêutica, gerando novas oportunidades e auxiliando na promoção do desenvolvimento económico e social do Município.-----

-----Embora a diversificação das áreas de negócios seja um princípio inerente à criação dos Parques Industriais, é igualmente certo que estes devem potenciar toda a capacidade de geração de valor criado pelas sinergias que possam ser estabelecidas entre as várias empresas que o integram.-----

-----Neste sentido, a concentração de todas as áreas de negócio do grupo FHC no Parque Industrial de Mortágua não só potencia essas sinergias, como é fator crítico do seu sucesso.-----

-----As empresas entraram já em negociações prévias para a transação do imóvel que submete à apreciação e aprovação do Executivo Municipal, tendo alcançado um entendimento global quanto aos aspetos essenciais do negócio, nomeadamente, preço e prazo de pagamento.-----

-----Assim no âmbito da gestão do património imobiliária do Grupo FHC, pretende adquirir o imóvel supra identificado pelo valor global de duzentos e sessenta mil euros (260.000,00 €), a pagar até ao dia 30 de setembro de 2018, no ato da escritura pública de compra e venda.-----

-----Tendo em conta o supra exposto, a aquisição do imóvel, localizado em região economicamente desfavorecida e por sociedade integrada em grupo empresarial que o destinará ao exercício de atividade de superior interesse económico e social, enquadrando-se na previsão normativa que habilita o investidor à isenção de impostos, nomeadamente da liquidação de IMT, nos termos do disposto na alínea h) do nº.6 do Código do IMT.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Dispõe a alínea c) do n.º 8 do artigo 10.º do Código do IMT que são de reconhecimento automático as isenções estabelecidas nos termos do número 2 do artigo 16.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro (Lei das Finanças Locais).-----

-----Assim, considerando, por fim que, nos termos da Lei das Finanças Locais, o IMT constitui receita própria do Município sobre a qual pode ser deliberada a concessão de isenções totais ou parciais requer que a Câmara avalie e proponha à Assembleia Municipal a concessão do benefício de isenção do IMT, no valor estimado de dezasseis mil e novecentos euros (16.900,00€), relativa à aquisição do mencionado lote 12 do Parque Industrial Manuel Lourenço Ferreira, em Mortágua. -----

-----O processo obteve a seguinte informação do Coordenador Técnico do Núcleo de Administração Geral, datada de 17/09/2018:-----

-----“**Informação:**-----

-----O imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT), é um imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados em território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis (art.º 1.º, 2.º e 3.º do IMT).-----

-----O Código do Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMTO), no seu art.º 6.º identifica as entidades que podem beneficiar de isenção, solicitando a requerente a isenção aqui em análise ao abrigo da alínea h) do art.º 6, do referido código.-----

-----“*As aquisições de bens situados nas regiões economicamente mais desfavorecidas, quando efetuadas por sociedades comerciais ou civis sob a forma comercial, que os destinem ao exercício, naquelas regiões, de atividades agrícolas ou industriais consideradas de superior interesse económico e social.*”.-----

-----Ao abrigo do n.º 2, do art.º 16.º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, “*A Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativas aos impostos e outros tributos próprios.*”.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Ora, por outro lado importa referir que a alínea m), do art.º 14º, da mesma Lei contempla outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor do Município, onde se enquadra o IMT, nos termos do CIMTO.-----

-----Por sua vez, o art.º 15º da citada Lei, estipula poderes tributários dos Municípios, dizendo que: *“Os Municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito”* elencando uma série deles, onde se incluem, nos termos da sua alínea d) *“A Concessão de isenções e benefícios fiscais, nos termos do n.º 2, do art.º 16º.”*.-----

-----Uma das principais alterações que a Lei das Finanças Locais visou operar foi o reforço da autonomia financeira local, com o reforço dos poderes tributários dos Municípios, através do Fundo Social Municipal, com a possibilidade de cobrança dos impostos a cuja receita tenham direito, reforço significativo da autonomia para concessão de isenções fiscais e criação de taxas.-----

-----Por outro lado, a fundamentação a que refere o n.º 2, do art.º 16º, da Lei das Finanças Locais, passa por justificar a contra partida da isenção na relevância daquele investimento para o Município, tendo como limites os próprios princípios constitucionais e legais que regem a atribuição de benefícios fiscais. Nesse sentido e considerando a obrigatoriedade deste dever de fundamentação, a empresa apresentou os seguintes argumentos:-----

-----*“O grupo empresarial em que se integra (Grupo FHC) é constituído por um conjunto de empresas nas áreas de Indústria de Distribuição Farmacêutica e de Consultadoria e Serviços, nomeadamente através das empresas Laboratórios BASI – Indústria Farmacêutica, FHC Farmacêutica, Overpharma – Produtos Médicos e farmacêuticos, Lda. Actrádia Consultadoria, Actrádia SA e Zeone Informática, todas localizadas no Parque Industrial Manuel Lourenço.*-----

-----*Os investimentos realizados pelo grupo empresarial no Parque Industrial representam um acréscimo significativo na capacidade de criação de riqueza e de postos de trabalho, empregando já mais de 300 colaboradores.*-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O esforço de investimento requer necessidades contínuas de formação e atualização das competências profissionais dos seus colaboradores, representando mais de 10.000 horas de anuais de formação em contexto académico e profissional e envolve uma quantidade significativa de recursos humanos e materiais.-----

-----O específico contexto da área Farmacêutica e uma visão empresarial focada na contexto atualização, no domínio das tecnologias mais avançadas, na melhoria contínua, na inovação e na competitividade aconselham a encarar as necessidades de formação como um investimento crítico no âmbito da sua atividade.-----

-----Tal necessidade é ainda mais premente quando se aproxima a conclusão do maior investimento do grupo, com a entrada em funcionamento, ainda no decorrer do presente ano, da nova unidade de produção de injetáveis dos Laboratórios BASI que empregará mais de 100 novos colaboradores, com necessidades específicas e contínuas de formação.-----

-----Os Laboratórios Basi e as restantes empresas do grupo tem vindo a efetuar, ao longo dos últimos anos, um investimento significativo na indústria e distribuição farmacêutica, privilegiando o Município de Mortágua como localização de referência para os seus investimentos.-----

-----A aquisição ora proposta permitirá ainda a requalificação das atividades exercidas no Parque Industrial, criando oferta formativa de elevado valor agregado, permitindo igualmente captar e fixar o Município de Mortágua mão-de-obra altamente qualificada.-----

-----A centralização de todas as empresas do grupo FHC no Município de Mortágua está integrada numa estratégia de consolidação desta região como uma referência empresarial na área em que atua, com capacidade para captar novos investimentos em áreas de suporte à atividade farmacêutica, gerando novas oportunidades e auxiliando na promoção do desenvolvimento económico e social do Município."-----

-----Assim, salvo melhor opinião, os motivos justificativos apresentados pela requerente afiguram-se atendíveis.-----

-----Nos termos do art.º 16º, da Lei das Finanças Locais e da alínea 16ª do n.º 4 da Lei nº



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

26/2003 de 30 de julho de 2003, o valor dos bens adquiridos ao Estado, às Regiões Autónomas ou às autarquias locais, bem como o dos adquiridos mediante arrematação judicial ou administrativa, será o valor constante do ato ou do contrato e a despesa fiscal envolvida estima-se em 16.900,00 € de acordo com o valor de aquisição em asta pública expressa no quadro abaixo.-----

Art.º				
Matricial	Área m2	Valor	Taxa	IMT
U-2654	2.80,00	260.000,00 €	6,50%	16.900,00 €

-----**Conclusão:**-----

-----Face ao exposto:-----

-----1 - O imposto Municipal sobre Transmissões Onerosas (IMT), é um imposto que tributa as transmissões onerosas do direito de propriedade, ou de figuras parcelares desse direito, sobre bens imóveis, situados em território nacional e de outras situações que a lei equipara a transmissões onerosas de imóveis (art.º 1º, 2º e 3º do IMT).-----

-----2- O Código do Imposto Municipal de Transmissões Onerosas de Imóveis (CIMTO), no seu art.º 6º identifica as entidades que podem beneficiar de isenção, enquadrando-se a requerente na alínea h) do art.º 6, do referido código.-----

-----3 – Nos termos dos n.ºs. 2, 3 e 9 do art.º 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-D/2014, de 31/12, pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, pela Lei n.º 132/2015, de 16/07, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, pela Lei n.º 42/2016, de 28/12 e pela Lei n.º 114/2017, de 29/12, a Assembleia Municipal pode, por proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativas aos impostos e outros tributos próprios.-----

-----4 - A alínea m), do art.º 14º, da mesma Lei das Finanças Locais contempla outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor do Município, onde se enquadra o IMT, nos termos do CIMTO.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Assim, face ao exposto e cumprindo o requerido os preceitos legais para análise e decisão, poderá o mesmo ser atendido e submetido pela Câmara Municipal à Assembleia Municipal, caso se entenda que o investimento em causa se reveste de superior interesse económico e social para o Concelho, isentando a empresa Actradia, SA do pagamento de IMT estimado no valor de 16.900,00€". -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, e a informação administrativa constante no processo, deliberou por unanimidade reconhecer que se encontram comprovados os requisitos da alínea h) do artigo 6º. do Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis e submeter o mesmo para apreciação e eventual aprovação da Assembleia Municipal, nos termos e para efeitos do preceituado nos nºs.2, 3 e 9 do art.º 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 82-D/2014, de 31/12, pela Lei n.º 69/2015, de 16/07, pela Lei n.º 132/2015, de 16/07, pela Lei n.º 7-A/2016, de 30/03, pela Lei n.º 42/216, de 28/12 e pela Lei n.º.114/2017, de 29/12, conforme n.º 2, do art.º 16º, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro de 2013.-----

10.13.-FIXAÇÃO DE PREÇO DE VENDA AO PÚBLICO DO LIVRO “Gentes de Paz em Tempos de Guerra 1721 – 1810”:-----

-----O Senhor Presidente informou que a Câmara Municipal procedeu à publicação do livro “Gentes de Paz em Tempos de Guerra 1721 – 1810”, que irá ser lançado no dia 22 de setembro corrente.-----

-----Assim, no sentido de dar a conhecer a todos um pouco mais a história e cultura do nosso Concelho e de acordo com a informação da Técnica responsável pela Biblioteca Municipal, propôs que a citada publicação fosse disponibilizada ao público interessado, e que nos termos do disposto na alínea e) do nº.1 do artigo 33º. do Anexo I da Lei nº. 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, e no artigo 21º. da Lei nº.73/ 2013, de 2 de setembro, a Câmara aprove para o efeito o preço de nove euros e quarenta e três cêntimos (9,43 €), acrescido de IVA a 6%, o que perfaz o valor total de dez euros (10,00 €).-----

----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade fixar o preço de dez



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

euros (10,00 €), com IVA incluído, de venda do livro “Gentes de Paz em Tempos de Guerra 1721 – 1810”.-----

10.14.-PROPOSTA DE DEFINIÇÃO DA ÁREA DE RECRUTAMENTO DOS TITULARES DOS CARGOS DE DIREÇÃO INTERMÉDIA DE 3.º GRAU:-----

-----O Senhor Presidente apresentou a seguinte proposta, datada de 17/09/2018:-----

-----“Considerando que:-----

-----1.-Na sequência da reorganização dos serviços Municipais do Município de Mortágua em conformidade com n.º 1 do artigo 25.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto operada nos termos do Decreto – Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a Assembleia Municipal aprovou na sessão de 21/12/2012, sob proposta da Câmara nos termos previstos na alínea c) do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, a fixação do número máximo de 6 unidades orgânicas flexíveis, a criar pela Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea a) do artigo 7.º e do n.º 3 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, sob proposta do presidente; -----

-----2.-A área e os requisitos de recrutamento dos cargos de direção intermédia de 2.º grau (chefes de divisão) encontram-se definidos no artigo 20.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, que aprovou o Estatuto do Pessoal Dirigente dos Serviços e Organismos da Administração Central, Regional e Local do Estado, a qual foi adaptada à administração local pela Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto; -----

-----3.- No que concerne aos cargos de direção intermédia de 3.º grau (chefes de unidade), o n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, estipula ser competência da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal, a *definição das competências, da área, dos requisitos de recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração*, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e a 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior; -----

-----4.- O Regulamento Orgânico em vigor, publicado na 2.ª Série do Diário da República, n.º 17, de 24 de janeiro de 2013, prevê no seu artigo 8.º - “Cargos de direção intermédia de 3.º



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

grau ou inferior - Cabe à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, a definição das competências, da área, dos requisitos do recrutamento, entre os quais a exigência de licenciatura adequada, e do período de experiência profissional, bem como da respetiva remuneração, a qual deve ser fixada entre a 3.ª e 6.ª posições remuneratórias, inclusive, da carreira geral de técnico superior, nos termos do n.º 3 do art.º 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto”.-----

-----5.- A Assembleia Municipal da Mortágua deliberou, sob proposta da Câmara, na sua sessão ordinária de 21 de dezembro de 2012, que os titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau são recrutados por procedimento concursal, de entre os efetivos do serviço, em funções públicas contratados ou designados por tempo indeterminado, que possuam: -----

----- Licenciatura adequada às atribuições da unidade orgânica que venham a liderar;-----

----- No mínimo 1 ano de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura.-----

-----6.- A limitação do universo dos potenciais candidatos ao concurso para provimento dos cargos de direção intermédia de 3.º grau, aos efetivos do serviço, constante do citado artigo 11.º, constitui um desvio à regra geral de recrutamento dos restantes cargos de direção, nomeadamente dos cargos de direção intermédia de 2.º grau, que abrange todos os funcionários, ou seja, todos os trabalhadores com vínculo à Administração Pública, detentores de licenciatura e possuidores de 4 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura;-----

-----7.- Como desvio à regra geral legalmente consagrada, a limitação deveria encontrar a sua justificação em razões objetivas de salvaguarda do interesse público, o que não é o caso; -----

-----8.- Não obstante, se considera que especificidade dos serviços municipais e a natureza das funções a desempenhar, que não são meramente técnicas, mas de coordenação e chefia de serviços, já justificam a imposição do requisito de que a experiência profissional mínima exigida tenha sido adquirida no exercício de funções na administração local autárquica.-----

-----9.- Relativamente à *definição das competências* dos titulares dos cargos de direção



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

intermédia de 3.º grau, a que se faz referência no ponto 3 desta proposta, que constitui igualmente, nos termos previstos no normativo aí citado, uma competência a exercer pela Assembleia Municipal, o que está em causa é a definição de *atribuições e competências genéricas*, e não específicas, ou seja, funcionais (atendendo à área de atividade da unidade orgânica em causa), na medida em que o elenco de competências funcionais das unidades orgânicas criadas pela Câmara Municipal é feita pela mesma no exercício da competência que para tal lhe é cometida na alínea a) do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro;

-----10.- Tais competências foram aprovadas pela Assembleia Municipal na sessão de 21/12/2012, nos termos da qual os titulares dos cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferiores coadjuvam o titular de cargo de direção intermédia de que dependam hierarquicamente, se existir, ou coordenam as atividades e gerem os recursos de uma unidade orgânica funcional, com uma missão concretamente definida para a prossecução da qual se demonstre indispensável a existência deste nível de direção;-----

-----Aos titulares de cargos de direção intermédia de 3.º grau ou inferiores aplicam-se, supletivamente, as competências e atribuições cometidas aos titulares de cargos de direção intermédia de 2.º grau com as necessárias adaptações;-----

-----11.-No que respeita ao estatuto remuneratório, a Assembleia Municipal da Mortágua já deliberou na sua sessão ordinária de 21 dezembro de 2012, fixar a remuneração dos chefes de unidade no valor correspondente à 6.ª posição remuneratória da carreira geral de técnico superior (2025,35€);-----

-----12.- A remuneração fixada afigura-se adequada à complexidade e grau de responsabilidade das funções a desempenhar.-----

-----Proponho que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 4.º da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto:-----

-----Que altere os requisitos de recrutamento para os cargos de direção intermédia de 3.º grau, prevendo que os mesmos passem a ser recrutados, por procedimento concursal, *de entre trabalhadores detentores de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado,*



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo, que possuam:-----

----- Licenciatura adequada às atribuições da unidade orgânica que venham a liderar;-----

----- No mínimo 4 ano de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível a licenciatura” .-----

-----Apreciado o assunto a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta do Senhor Presidente. -----

10.15.-AUTORIZAÇÃO DE ACORDO DE CEDÊNCIA DE INTERESSE PÚBLICO DE TRABALHADOR DO MUNICÍPIO:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o ofício do Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Tondela, Viseu – EPE, datado de 30/08/2018, através do qual informa que o Dr. Ricardo Pardal Marques, Técnico Superior na área da administração e gestão financeira deste Município, com contrato a termo indeterminado manifestou interesse em exercer funções naquele Centro Hospitalar.-----

-----Considerando que é de todo o interesse para aquela instituição a colaboração de um profissional com perfil competências do Dr. Ricardo Pardal Marques solicita a celebração de acordo de cedência de interesse público nos termos do artº. 241º. da Lei nº.35/2014, de 20 de junho e posteriores alterações.-----

-----Assim, atendendo a que:-----

-----A regra geral da cedência de interesse público prevista no artigo 241.º da LTFP, destina-se a permitir o exercício de funções por trabalhador de órgão ou serviço público, com contrato por tempo indeterminado, em entidade excluída do âmbito de aplicação da referida Lei e inversamente, quando um trabalhador pretende exercer funções em órgão ou serviço tutelado pela referida Lei. -----

-----O ACIP pressupõe a concordância escrita das partes intervenientes no Acordo - órgão ou serviço de origem, membro do governo respetivo, entidade cessionária e trabalhador, conforme determina o n.º 2 do artigo 241.º da LTFP.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

----- A cedência de interesse público consubstancia um instrumento de mobilidade externa, regulada na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LGTFP), aprovada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho;-----

----- Se trata de um instrumento, através do qual se processa a mobilidade de trabalhadores entre as entidades públicas a que se aplica a LGTFP e as entidades privadas ou públicas não abrangidas por esta Lei, numa lógica de “estímulo” ao intercâmbio de pessoas e partilha de conhecimentos; – O Centro Hospitalar de Tondela, EPE, é uma empresa pública pelo que está excluída do âmbito de aplicação da LGTFP; -----

----- A cedência de interesse público para o Centro Hospitalar de Tondela, EPE do Técnico Superior Ricardo Sérgio Pardal Marques reveste uma situação excecional de interesse público.-

-----A Câmara deliberou por unanimidade autorizar, nos termos do artigo 241.º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e posteriores alterações, a celebração de acordo de cedência de interesse público do Dr. Ricardo Sérgio Pardal Marques, Técnico Superior do mapa de pessoal do Município, com vínculo de contrato de trabalho a termo indeterminado para exercer as funções no Centro Hospitalar Tondela Viseu – EPE.-----

-----Nos termos do n.º 4, do artigo 31.º do Código do Procedimento Administrativo o Vereador Ricardo Sérgio Pardal Marques ausentou-se da reunião durante a discussão e votação do presente ponto, considerando o impedimento de poder intervir .-----

11.1-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DA LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS N.º 01//2016/115, AMPLIAÇÃO DE MORADIA, SITA NA RUA DO SEIXAL, 8, CERCOSA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º 01/2016/115, em nome de José Manuel Pereira dos Reis, residente na Rua do Seixal, Cercosa, à ampliação de moradia, na Rua do Seixal, Cercosa, Freguesia de Cercosa, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 01/08/2018, conforme o disposto no artigo 71.º, n.º 5 do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação, em conjugação com o estatuído nos artigos 121º e 122º do Código de Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, foi notificado através do ofício referência 2022 de 14/08/2018 o requerente José Manuel Pereira dos Reis, para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de dez (10) dias úteis a contar da sua notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2016/115, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 36/2017, cujo término ocorreu em 06/06/2018, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação.-----

-----Conforme o despacho do Senhor Vereador com competência delegada, datado de 17/09/2018, veio o requerente através de requerimento, datado de 30/08/2018, solicitar a prorrogação da licença de obras n.º 36/2017, por seis (6) meses, e que atento ao parecer técnico emitido em 12/09/2018 é sua intenção deferir a pretensão.-----

-----Assim considerando que o requerente procedeu à legalização da obra através da prorrogação do respetivo licenciamento, propõe-se que a Câmara Municipal determine a extinção do processo por inutilidade superveniente da deliberação de intenção de caducidade do processo n.º 01/2016/115, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 36/2017, tomada na Reunião de Câmara de 1/08/2018, nos termos do número 1, do artigo 95º. do CPA, com subsequente arquivamento do processo. -----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade determinar a extinção do processo por inutilidade superveniente da deliberação de intenção de caducidade do processo n.º 01/2016/115, que deu origem à emissão do alvará de obras de construção n.º 36/2017, tomada na Reunião de Câmara de 1/08/2018, nos termos do número 1, do artigo 95º. do CPA, com subsequente arquivamento do processo.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.2.- DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DE LICENÇA DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01//2015/166 – NOVO LICENCIAMENTO PARA CONCLUSÃO DE RECONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE MORADIA, RUA DA IGREJA, CORTEGAÇA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE MORTÁGUA, VALE DE REMÍGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente processo nº. 0/2015/166, em nome do requerente João Ferreira Pardal, residente na Rua Dr. José Lopes de Oliveira, nº.3, 3º. Andar, Mortágua, referente ao novo licenciamento para a conclusão da reconstrução e ampliação de moradia, a que respeita o Processo 01/2011/204, sita na Rua da Igreja, Cortegaça, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remígio Cortegaça e Almaça, com vista à declaração de caducidade daquele processo de operação urbanística.-----

-----No seguimento da deliberação tomada na Reunião de Câmara de 18/07/2018, ao abrigo do da alínea a), nº.3 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, que aprovou o Regime Jurídico da Urbanização e Edificação – RJUE, e artigos 121.º e seguintes do CPA, foi notificado através do ofício refª,1854, de 24/07/2018, João Ferreira Pardal para, querendo, se pronunciar, em sede de audiência prévia, por escrito, no prazo de 10 dias úteis a contar da notificação, sobre a intenção de declarar a caducidade do processo n.º 01/2015/166, que deu origem ao alvará de licença n.º 90/2015, cujo término ocorreu em 22/12/2017, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, uma vez que as obras não forem concluídas no prazo fixado na licença ou na autorização ou suas prorrogações, contado a partir da data da emissão do alvará, nem se pronunciou no prazo concedido.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade em conformidade alínea d) do n.º 3 do artigo 71.º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, na sua atual redação, declarar, a título de decisão final, a caducidade do processo n.º 01/2015/166, que deu origem ao alvará de



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

licença nº. 90/2015, cujo término ocorreu em 22/12/2017, com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.--

**11.3.-DECLARAÇÃO DE CADUCIDADE DO PROCESSO DE OBRAS Nº. 01//2017/35
– REQUALIFICAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE LAR DE IDOSOS, RUA JOSÉ
BRANQUINHO DA FONSECA, MORTÁGUA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE
MORTÁGUA, VALE DE REMIGIO, CORTEGAÇA E ALMAÇA:-----**

-----Retirado da Ordem de Trabalhos.-----

**11.4.-REQUERIMENTO 3749/2018 – PROJETO DE ARQUITETURA DE ANEXO,
PROCESSO DE OBRAS Nº. 01/2018/123 – RECLAMAÇÃO SOBRE ALINHAMENTO:**

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo nº. 01/2018/123, referente ao Projeto de Arquitetura de Anexo, a construir na Rua da Lomba da Igreja, 2 – Cercosa, cujo requerente é Moacir Manuel Vieira e que apresentou reclamação em 31/08/2018 sobre o alinhamento da obra a erigir, não concorda com o recuo de 5 metros ao eixo da via proposto pelos serviços do Município.-----

-----Sobre o assunto foi presente o Despacho, datado de 17/09/2018 do Senhor Vereador com competência delegada que a seguir se transcreve:-----

-----“ O Requerente apresentou a 13/09/2018 uma reclamação solicitando a revisão elencada no Parecer Técnico datado de 27/07/2018, de fls. 36, que informava o requerente que segundo a alínea b) do nº. 3 do artº. 25º. do PDM a edificação do anexo deve no mínimo respeitar uma faixa de proteção de 5,00 metros do eixo da via.-----

-----A 17/09/2018 foi emitido outro Parecer Técnico que em conclusão mantém a decisão de recuo mínimo de 5 metros relativamente ao eixo da via.-----

-----Assim deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberação.”-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade aprovar manter o teor do Parecer Técnico datado de 27/07/2018, constante na fls. 36 do respetivo processo.-----

-----Mais deliberou notificar o requerente do teor da presente deliberação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.5.-PROCESSO Nº. 5/2018/6 DE ALTERAÇÃO DE CAMINHO, EM POMARES, FREGUESIA DE ESPINHO:-----

-----Foi presente o processo nº.5/2018/6 em nome de Morjuvenil – Confeções, Lda. com sede na Rua Dr. João Lopes de Moraes, nº.39, Mortágua, em que requer que lhe seja concedida autorização para alteração dos caminhos que atravessam o seu terreno sito em Pomares, Freguesia de Espinho, pelo facto de pretender construir um novo aviário.-----

-----Assim propõe que:-----

-----O Caminho de acesso ao aviário existente mantém-se mas ficará incluído na propriedade que será vedada, conforme o previsto na respetiva legislação;-----

-----A Sul será aberto um novo caminho que fará a ligação aos restantes;-----

-----O traçado do caminho a Norte será prolongado e fará a ligação mais a Nascente com os restantes caminhos;-----

----- O caminho a meio da propriedade, no sentido Norte/Sul será desativado, em virtude de haver necessidade da implantação do novo aviário sobrepor o caminho.-----

-----Todos os acessos às propriedades vizinhas e ligações entre caminhos serão respeitadas e garantidas.-----

-----Sobre o assunto o Senhor Vereador com competência delegada emitiu em 17/09/2018 o despacho que a seguir se transcreve:-----

-----“ A requerente pretende a alteração de um caminho para efeitos de construção de novo aviário.-----

-----Atento ao parecer técnico datado de 09/08/2018 de fls. 13, ao ofício 25/18 emitido pela Junta de Freguesia de Espinho, o presente processo deverá ser remetido à Câmara Municipal para deliberar sobre se autoriza a afixação de Editais, em locais público para publicitação da alteração dos caminhos e eventuais reclamações”.-----

-----Apreciado o assunto, a Câmara deliberou por unanimidade aprovar a publicação e afixação dos Editais nos locais públicos para publicitação da alteração dos caminhos e eventuais reclamações.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.6.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 3707/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/173, CONSTRUÇÃO NOVA – OFICINA DE REPARAÇÃO AUTOMÓVEL, (ALÍNEA b) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi novamente presente o requerimento registado sob o número 3707/2018, de José Luis Rodrigues Brás, com o número de identificação fiscal 227604822, residente na Rua Santa Catarina, Freixo União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, a requerer, no âmbito da alínea b), do número 1, do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção de pagamento da taxa no valor duzentos e três euros e vinte cêntimos (203,20 €), referente ao licenciamento do Processo número 01/2017/173, Construção Nova de reparação automóvel, na Rua Santa Catarina, nº.5, Freixo União de Freguesia de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, com a informação do Gestor do Processo datada de 04/09/2018, em informa que:-----

-----O Requerente para dar cumprimento ao que lhe foi determinado em Reunião de Câmara de 01/08/2018 e notificado através do ofício DAGF/AG – 2060 de 20/08/2018, veio juntar documentos referentes ao início de atividade de empresário;-----

----- Tendo em consideração o que consta do artigo 22º. do Reg. Liq. Cob de Taxas e Outras Receitas Municipais “Extinção de Taxas” o requerente procedeu, em 07/08/2018 – Guia nº. 692/2018, ao pagamento das taxas requeridas para concessão da isenção de pagamento.-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade remeter o assunto ao assessor jurídico para emissão de parecer.-----

11.7.-ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS - REQUERIMENTO Nº. 4991/2018, REFERENTE AO PROCESSO Nº. 01/2017/221, ALTERAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE HABITAÇÃO (ALÍNEA e) DO NÚMERO 1 DO ARTIGO 29º. DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO, EDIFICAÇÃO E TAXAS):-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o requerimento registado com o nº. 4991/2018, em



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

nome de Ana Flávia Simões Fernandes Teixeira Machado, residente em Rua do Machio, Vale de Ana Justa, Freguesia de Cercosa a solicitar, nos termos da alínea e) do n.º 3 do art.º 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de seiscentos e trinta euros e vinte cêntimos (630,20€) do processo n.º 01/2017/221 - alteração e ampliação de habitação, sita na Rua do Marco, n.º.7, Povoinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortega e Almaça.-----

----- Conforme o previsto na alínea e) do número 1 do artigo 29º. do Regulamento Municipal de Urbanização, Edificação e Taxas, a Câmara Municipal pode conceder a isenção de pagamento de taxas *“Os jovens casais cuja soma de idades não exceda os 70 anos, os individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 35 anos e em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente”*.-----

-----A informação dos serviços constante no processo considera que a petição reúne condições para ser apreciada em reunião de Câmara.-----

-----Porém de acordo com a Lei n.º 73/2013 de 3 de setembro, a competência para a concessão de tais isenções ou reduções é da Assembleia Municipal, quando propostas pela Câmara Municipal, conforme o preceituado no n.º 2 do artigo 16º. daquele diploma.-----

-----A Câmara deliberou por unanimidade propor à Assembleia Municipal a concessão a Ana Flávia Simões Fernandes da isenção do pagamento de taxas de licenciamento no valor de seiscentos e trinta euros e vinte cêntimos (630,20€), do processo n.º 01/2017/221 - alteração e ampliação de habitação, sita na Rua do Marco, n.º.7, Povoinha, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça.-----

11.8.-EDIFICAÇÕES EM MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO:-----

11.8.1. Processo n.º. 08/2009/6:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo n.º. 08/2009/6 referente ao prédio em mau estado de conservação, sito no Beco do Casal, Gândara, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, de propriedade de Manuel Breda, residente na Rua das Enguias, n.º.7 , Gândara, 3450 – 413 Vale de Remigio, acompanhado do Parecer Técnico



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

emitido, em 28/06/2016, pelo Chefe de Divisão DPAT que a seguir se transcreve:-----

-----“Transcreve-se o parecer técnico de 28/06/2016:-----

-----Em relação ao processo referido:-----

----- Mantem-se a situação de incumprimento das deliberações da Câmara Municipal, em reunião de 17 de fevereiro e 1 de junho de 2016 no sentido de proceder à demolição urgente do edifício em ruína;-----

-----, agravaram-se as condições de insegurança, insalubridade e instabilidade do mesmo;-----

-----, o edifício deve ser urgentemente demolido e o espaço completamente limpo de escombros uma vez que constitui perigo eminente de colapso para a via pública.-----

-----Em vez disso, o representante do proprietário apresentou uma carta datada de 22 de abril (fl. 1,2) declinando eventuais responsabilidades de danos sobre os edifícios vizinhos e confinantes com a habitação a demolir.-----

-----Para tal, alerta especialmente para o mau estado do edifício confinante a sul, que é pertença da Cabeça de Casal da herança de José Afonso, que a Fiscalização Municipal já relatou (fl.3 a 6).-----

-----Este edifício encontra-se também em estado de alguma degradação e ruína progressiva, por falta de obras de conservação, colidindo com os artigos 89º. E 89º-A do RJUE pelo que se sugere que a Câmara Municipal :-----

----- determine também obras urgentes de conservação, necessárias à correção das más condições de segurança ou de salubridade, com base no nº. 2 do artigo 89º., precedidas da vistoria prevista no artigo 90º.”.-----

-----“ Nesta fase verifica-se o seguinte:-----

-----, O representante do Sr. Manuel Breda procedeu a uma demolição parcial do edificado, mantendo as paredes perimetrias do piso 0 (em mau estado de conservação e estabilidade), bem como os escombros – RCD no interior da mesma, constituindo uma situação de instabilidade e insegurança públicas. Proponho que seja dado um prazo máximo de 30 dias para a remoção de entulhos e demais detritos da demolição parcial do edificado em ruína, sob pena de instauração



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

de processo de contra-ordenação com base na alínea n) do nº.1 do artigo 98º., punível com coima graduada de 250,00 € a 50.000,00 €.

----- O edifício confinante, representado por Cabeça de Casal de José Afonso foi notificado (proc. 08.2016.05) para a realização de obras urgentes de conservação necessárias à correção das más condições de segurança e salubridade, sendo de meu conhecimento que irá proceder às mesmas. Foi-lhe dado um prazo máximo de 60 dias para a realização das obras de conservação o qual termina a 1 de outubro”.

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade notificar o representante do Senhor Manuel Breda para no prazo de trinta (30) dias proceder à remoção entulhos e demais detritos da demolição parcial do edificado em ruína.

-----Mais deliberou por unanimidade que seja pelos Serviços de Fiscalização verificado após 1/10/2018 se foram realizadas as obras urgentes de conservação necessárias à correção das más condições de segurança e salubridade do edifício confinante a sul pertença dos Herdeiros de José Afonso representado pelo respetivo por Cabeça de Casal .

11.8.2. Processo nº. 08/2017/1:

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 08/2017/01, referente ao prédio em mau estado de conservação, sita na Rua Principal, e Vale de Borregão, Marmeleira, propriedade de Odete dos Santos Marques Fernandes da Silva, com residência em Bairro do Ingote, FFH Bloco 16 RC, Eiras, 3020 -208 Coimbra, acompanhado do seguinte Parecer Técnico do Chefe da DPAT, datado de 11/07/2018.

-----“ Este processo decorre desde 31 de janeiro de 2017 (fl.1), verificando-se um elevado, notório e progressivo estado de degradação do edifício o que pode vir a ter consequências negativas na segurança da circulação de pessoas e viaturas na via pública.

-----Em 3 de maio de 2017, foi efetuada a vistoria municipal das condições de segurança e salubridade tendo a mesma concluído o seguinte:

----- O edifício em ruína – Cimalhas- devem ser urgentemente demolidas na sua globalidade e reposta a ação estabilizadora no local através da construção de nova cobertura;



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----O espaço intervencionado deve ser vedado provisoriamente, por questões de segurança;-----

-----Com o representante do proprietário ficou acordado o seguinte:-----

-----. Um prazo máximo de 1 mês para resolução da questão atrás indicada – demolição de cimalhas e estabilização de cobertura;-----

-----.Necessidade de realização urgente de obras gerais de conservação/manutenção, na globalidade do edifício.-----

-----Em reunião de Câmara de 17 de maio de 2017 foi deliberado notificar o proprietário no sentido de dar cumprimento aos condicionalismos propostos no auto de vistoria.-----

-----Este assunto teve diversos interlocutores (julio Sousa dias, Odete dos Santos Marques Fernandes e o filho de ambos Engº. Odjul Dias da Silva) e correspondência enviada sob registo, mas quase sempre devolvida.-----

-----Em 15-04-2018 deu entrada nos serviços , o processo nº. 01-2018-63.-----

-----.Para execução de obras de conservação (reparação de paredes exteriores da habitação e substituição da cobertura): de acordo com a informação colhida nos serviços de Fiscalização, foi unicamente retirada a cimalha em pior a. e colocada uma fita balizadora no local.-----

-----Mantem-se assim a situação de :-----

-----. desconformidade com as normas legais do Rjeu – DL nº.555/99 alterado pelo Dec.Lei 136/2014, de 9 de setembro, consubstanciadas nos artigos 89º. – dever de conservação e 89º.A – proibição de deterioração.-----

-----.incumprimento das normas legais e regulamentares relativas ao aspeto exterior e inserção urbana e paisagística das edificações nas povoações em que se localizam, constantes do artigo 121º. do RGEU.-----

-----Proponho que a Câmara Municipal delibere no sentido de:-----

-----.instauração de processo de contraordenação com base na alínea t) do nº.1 do artigo 98º. Punível com coima graduada de 500 e a 100.000 € prevista no nº. 4º. do artigo 98º.-----

-----. se num curto/médio prazo (a definir pela Câmara) as obras de conservação acordadas não estiverem concluídas na sua totalidade, o Município delibere tomar posse administrativa do



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

edifício e dar execução imediata às obras de demolição/conservação indicadas a expensas do proprietário, de acordo com os artigos 91º., 92. ,106º. , 107º. e 108º. do RJUE.”-----

----A Câmara depois de apreciado o assunto deliberou por unanimidade fixar o prazo de cento e oitenta (180) dias para execução das obras de conservação do edifício.-----

-----Mais deliberou por unanimidade remeter o processo para os serviços de fiscalização para procederem ao levantamento do auto de notícia para a instauração de processo de contraordenação com base na alínea t) do nº.1 do artigo 98º. do RJUE.-----

11.8.4.-Processo nº. 08/2018/1:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo número 08/2018/1, referente ao prédio em mau estado de conservação, sito em Falgaroso do Maio, União de Freguesias de Mortágua, Vale de Remigio, Cortegaça e Almaça, propriedade de Serafim Rodrigues Abreu, com residência Rua Francisco salgado Zenha, nº. 33, Quinta de Belmonte, 3030 – 388 Coimbra, acompanhado da carta do proprietário recebida nos serviços em 11/09/2018, em que alude em síntese que:-----

-----Acusa a receção do ofício 1231, datado de 21/05/2018 relativo ao cumprimento do nº. 8, do artigo 90º. do Decreto-Lei nº. 136/2014, com o intuito de promover à demolição imediata das ruínas de uma das casas de habitação no Falgaroso do Maio.-----

-----No entanto informa que as referidas ruínas surgiram na sequencia do incendio do passado dia 15 de outubro de 2017, e logo no inicio do ano deu entrada nos serviços da Câmara Municipal um Projeto de Licenciamento de Obras Particulares, cujo Procº. nº.01/2018/19, e que aguarda a comunicação do seu deferimento.-----

-----É do seu interesse proceder à recuperação e reabilitação da habitação e não à sua demolição.-----

-----Face à situação não faz qualquer sentido, proceder à sua demolição .-----

-----A Câmara, depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade proceder ao arquivamento do processo referente ao prédio em mau estado de conservação.-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

11.8.3. Processo nº. 08/2018/6:-----

-----Pelo Senhor Presidente foi presente o processo 08/2018/6 referente ao edifício em estado de ruínas, em Rua Estrada Camarária, Benfeita, de propriedade de Encarnação dos Santos, residente em 46, Rue de Paris 30190, Estrees St Dinis, França.-----

-----Sobre o mesmo foi exarado pelo Senhor Presidente, em 13/08/2018 o seguinte despacho:---

-----“A requerente procedeu à demolição do alpendre em ruína e repôs pontualmente o muro confinante com a via pública cumprindo as deliberações da Câmara Municipal tomadas nas reuniões de 04/04/2018 e 02/06/2018.-----

-----Contudo o parecer técnico emitido em 10/08/2018 alerta para o facto de não estarem suficientemente garantidas a estabilidade e a segurança do muro confinante com a via pública ficando a Requerente com o ónus da responsabilidade.-----

-----Os serviços de Fiscalização deverão monitorizar com regularidade a situação descrita.-----

-----Assim deverá o processo ser remetido à Câmara Municipal para deliberar.-----

-----O Requerente deverá ser notificado do teor da deliberação sendo-lhe concedido o prazo de 10 (dez) dias úteis para o exercício da audiência prévia.”-----

-----A Câmara depois de apreciado o assunto, deliberou por unanimidade, considerando o Parecer Técnico de 10/08/2018, constante no processo e que se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, que os serviços de fiscalização devem monitorizar com regularidade a situação para verificação da garantia da estabilidade e a segurança do muro confinante com a via pública, pontualmente repostos ficando a Requerente com o ónus da responsabilidade.-----

-----Mais deliberou notificar a Requerente do teor da presente deliberação concedendo-lhe o prazo de 10 (dez) dias úteis para se pronunciar no âmbito do exercício da audiência prévia.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:-----

-----Não se registou a presença de qualquer Múncipe.-----

-----E, nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião pelas dezoito horas e quarenta minutos .-----



CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA

-----Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim

Rosa Maria Ferreira Beola

Secretário do Órgão e

pelo Senhor Presidente.-----